



ESTADO DE MINAS GERAIS

INSTITUTO ESTADUAL DE FLORESTAS

URFBio Mata - Núcleo de Regularização e Controle Ambiental

AUTORIZAÇÃO**AUTORIZAÇÃO PARA INTERVENÇÃO AMBIENTAL****Nº DO DOCUMENTO: 2100.01.0043806/2020-71**

O Supervisor Regional da Unidade Regional de Florestas e Biodiversidade **Mata**, no uso de suas atribuições, com base no inciso I do parágrafo único do art. 38 do Decreto nº 47.892, de 23 de março de 2020, concede ao requerente abaixo relacionado a **AUTORIZAÇÃO PARA INTERVENÇÃO AMBIENTAL** em conformidade com normas ambientais vigentes. Certificado emitido eletronicamente.

| TIPO DE REQUERIMENTO DE INTERVENÇÃO AMBIENTAL | NÚMERO DO DOCUMENTO | UNIDADE DO SISEMA RESPONSÁVEL PELO PROCESSO |
|---|-------------------------|---|
| LAS/RAS | 2100.01.0043806/2020-71 | NAR Viçosa |
| 1. IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL PELA INTERVENÇÃO AMBIENTAL | | |
| Nome: SMM GRANITOS LTDA. | | CPF/CNPJ: 37.195.749/0001-41 |
| Endereço: SÍTIO PAPAGAIO | | Bairro: ZONA RURAL |
| Município: CANAÃ | UF: MG | CEP: 36.592-000 |
| 2. IDENTIFICAÇÃO DO PROPRIETÁRIO DO IMÓVEL | | |
| Nome: ESPÓLIO DE JOSÉ TEIXEIRA LELIS | | CPF/CNPJ: 012.435.196-49 |
| Endereço: SÍTIO PAPAGAIO | | Bairro: ZONA RURAL |
| Município: CANAÃ | UF: MG | CEP: 36.592-000 |
| 3. IDENTIFICAÇÃO DO IMÓVEL | | |
| Denominação: SÍTIO PAPAGAIO | | Área Total (ha): 27,07 |
| Registro nº (se houver mais de um, citar todos): 29.712 | | Município/UF: |

Recibo de Inscrição do Imóvel Rural no Cadastro Ambiental Rural (CAR): MG-3111705-FE4F.67C4.7CF3.4452BB69.0188.B3E9.B0D1

4. INTERVENÇÃO AMBIENTAL AUTORIZADA

| Tipo de Intervenção | Quantidade | Un |
|--|------------|----------------|
| Supressão de cobertura de vegetação Nativa c/ destoca p/ uso alternativo do solo | 0,60 | ha |
| Aproveitamento de material lenhoso | 43,01 | m ³ |

5. PLANO DE UTILIZAÇÃO PRETENDIDA

| Uso a ser dado à área | Especificação | Área (ha) |
|--|--------------------------|-----------|
| Implantação e operação da frente de lavra experimental e extração de granito | Cobertura de Veg. Nativa | 0,60 |

6. COBERTURA VEGETAL NATIVA DA(S) ÁREA(S) AUTORIZADA (S) PARA INTERVENÇÃO AMBIENTAL

| Bioma/Transição entre Biomas | Área (ha) | Fisionomia/Transição | Estágio Sucessional, quando couber | Área (ha) |
|---|-----------|-----------------------------------|------------------------------------|-----------|
| MATA ATLÂNTICA/ NÃO TEM TRANSIÇÃO | 0,60 | FLORESTA E.S.S. 2ª ^{ria} | Inicial | 0,60 |
| Total: | 0,60 | | Total: | 0,60 |

7. PRODUTO/SUBPRODUTO FLORESTAL/VEGETAL AUTORIZADO

| Produto/Subproduto | Especificação | Quantidade | Unidade |
|--------------------------|---------------|------------|----------------|
| LENHA DE FLORESTA NATIVA | - | 43,01 | m ³ |

8. RESPONSÁVEL (is) PELO PARECER TÉCNICO (nome e MASP) E DATA DA VISTORIA

Everaldo Ferraz Miranda - MASP: 1148081-1

Data da Vistoria: 03/11/2020

9. VALIDADE

| | |
|--|---|
| <p>Data de Emissão: 28/09/2021</p> <p>Validade: 3 (três) anos</p> <p><u>OU</u></p> <p>De acordo com a Deliberação Normativa COPAM nº 217/2017 esta autorização só produzirá efeitos de posse do Licenciamento Ambiental Simplificado – LAS e sua</p> | <p>Observações:</p> <p>ESTE DOCUMENTO SÓ É VÁLIDO QUANDO ACOMPANHADO DA PLANTA TOPOGRÁFICA OU CROQUI DA PROPRIEDADE CONTENDO A LOCALIZAÇÃO DA ÁREA DE INTERVENÇÃO, DA RESERVA LEGAL E APP.</p> |
|--|---|

validade será definida conforme a licença ambiental.

10. COORDENADA PLANA DA ÁREA AUTORIZADA

| Tipo de intervenção | Datum | Fuso | Coordenada Planta (UTM) | |
|--|-------------|------|-------------------------|-----------|
| | | | X | Y |
| Supressão de cobertura de vegetação Nativa c/ destoca p/ uso alternativo do solo | Sirgas 2000 | 23K | 747.818 | 7.714.894 |
| Aproveitamento de material lenhoso | Sirgas 2000 | 23K | 747.818 | 7.714.894 |

11. MEDIDAS MITIGADORAS E COMPENSATÓRIAS FLORESTAIS (se necessário utilizar folha anexa)

MEDIDAS MITIGADORAS:

- a) Escolher o sistema de corte da rocha com metodologias que gerem menor ruído e poeira, que podem ser minimizados por um plano de lavra bem desenvolvido, que enfoque na abertura mínima de acessos e local de vegetação rala;
- b) Retirar durante a abertura da frente de lavra o preparo do depósito de estéril/ rejeito, em que devem ser estocados para posterior utilização no processo de recuperação de área degradada;
- c) Controlar a emissão de gases, dos níveis de ruído e da geração de resíduos oleosos, mantendo preventivas as manutenções nas máquinas e equipamentos utilizados na operação da mina, em que os motores estarão sempre regulados e livres de vazamento;
- d) Impedir o surgimento de processos erosivos, construindo canaletas laterais ao longo das vias internas de acesso com saídas (sangrias) a cada 20 metros, visando conduzir a água para pontos específicos onde haja algum tipo de tratamento; como também, plantar o máximo possível de touceiras de bambu, grama e outras, para proteger os pontos vulneráveis, tais como as saídas de sangrias, canaletas longitudinais e erosões já existentes fora da plataforma da estrada;
- e) Depositar o rejeito/estéril em local terraplanado e compactado, que deverá ser limpo e estocado adequadamente; além do mais, que seja feito de forma ascendente, mediante construção de bancadas sobrepostas, em que a primeira ocupará a cota mínima planejada para a pilha;
- f) Evitar o desenvolvimento de processos erosivos e carreamento de material particulado para o leito dos cursos d'água próximo ao empreendimento, em que deverá ser implantado um sistema de drenagem, decantação e filtragem das águas pluviais, que evoluirá com o avanço do depósito;
- g) Realizar um sistema de tratamento de óleos e graxas, protegido das chuvas e equipado com um sistema coletor/separador que promoverá a separação dos resíduos de óleos e graxas da água de lavagem do maquinário, sendo que essa estocagem de resíduos pelo sistema deverá ser destinados a empresas licenciadas que fazem a coleta de resíduos oleosos;
- h) Identificar os resíduos domésticos, acondicionados em toneis, por cores e etiquetas de acordo com o padrão de coleta seletiva, para seleção dos diferentes tipos de resíduos e destinação ao reprocessamento, sendo que os não aproveitáveis será direcionado ao UTC de Sebastião do Anta;
- i) Adotar medidas de segurança do trabalho, utilizando os Equipamentos de Proteção Individual (EPI) para os trabalhadores do empreendimento, tais como: abafadores de ruído, óculos de segurança, máscaras, luvas e botas;

- j) Controlar a geração de poeira por aspersão na áreas e acessos internos da mina, duas vezes por dia, sendo que durante o período de seca realizar frequentemente a umidificação das vias de operação e movimentação de veículos;
- l) Implantar a recomposição da vegetação a ser realizada na propriedade, à qual contribuirá para o desenvolvimento de uma nova comunidade vegetal, que poderá atrair e suportar a fauna através da dinâmica de espécies florísticas e garantir novos habitats para a fauna, que inicialmente estava afugentada pelo empreendimento;
- m) Desenvolver trabalho educativo ambiental com os trabalhadores locais, abordando temas como a importância da preservação e manutenção da fauna e flora, de forma a evitar os comportamentos inadequados como captura ilegal de exemplares da biodiversidade, principalmente da avifauna e espécies ornamentais da flora.

DA COMPENSAÇÃO PELA INTERVENÇÃO EM APP, MATA ATLÂNTICA E MINERÀRIA

Conforme discrimina o artigo 42 do Decreto 47749/19, a compensação prevista ao caso, como compensação em área de APP, deverá ser pactuada previamente à emissão do DAIA, nos casos em que for designada em termos de compromisso ou poderá ser condicionada ao ato autorizativo, à critério do órgão ambiental.

Desta feita, caberá a equipe técnica, após avaliação do PTRF, condicionar ao ato autorizativo a compensação em APP nos termos do supracitado artigo.

Para a realização da Intervenção em Área de Preservação Permanente (APP), conforme o Art. 5º da Resolução CONAMA nº 369/06, terá a área de 0,73 ha (setenta e três ares) de compensação ambiental no imóvel Sítio Papagaio (23K 747.859 UTM 7.714.887), que será reflorestado com as espécies pioneiras (50%), clímax exigente de luz (30%) e clímax tolerante a sombra (20%); tais como: Aroeira-brava, Sangra-d'água, Angico-vermelho, Jacarandá-bico-de-pato, Pau-jacaré, Faveiro, Embaúba, Gonçalo-alves, Araticum-do-mato, Guatambu, Ipê-amarelo, Bolsa-de-pastor, Garapa, Copaíba, Jacarandá-da-bahia, Jacarandá-paulista, Açoita-cavalo, Camboatá, entre outras; sendo localizados conforme a Planta Topográfica (Levantamento Planimétrico) e o Memorial Descritivo da Compensação Ambiental, anexo, ao processo em questão. Por fim, na implantação do PTRF (Plano Técnico de Reconstituição da Flora) na área de 0,73 ha (setenta e três ares) está incluída a limpeza do terreno, o combate às formigas; preparo do solo; coveamento e adubação; espaçamento quincênio; forma do plantio (pioneiras, clímax exigente de luz e clímax tolerante a sombra), sendo o plantio de 1.825 mudas; tratos culturais; coroamento, roçada e replantio sempre que necessário e o Cronograma de Execução Física do projeto (PTRF). Então, a Compensação Ambiental será realizado conforme Levantamento Planimétrico (planta topográfica), Memorial Descritivo da Área de Compensação e o Cronograma de Execução Física do PTRF para um período mínimo de 5 anos.

Executar o Projeto Técnico de Recuperação da Flora – PTRF – apresentado anexo ao processo, em área de 0,73 ha, tendo como coordenadas de referência 23K 747.859 x; UTM 7.714.887 y e 23K 747.791 x; UTM 7.714.796 y (UTM, Sirgas 2000), na modalidade compensação ambiental, nos prazos estabelecidos no quadro de condicionantes.

Já a compensação florestal definida pela Lei Federal nº 11.428/06, uma vez que, segundo equipe técnica, a supressão se dará somente em estágio inicial não há que se falar em compensação florestal naqueles termos, muito embora deva ser cobrada a taxa de reposição florestal.

Quanto a compensação mineraria que deverá ser apresentada, segundo art.42, §2º do Decreto 47749, a mesma poderá ser apresentada como condicionante ao processo em questão.

CONDICIONANTES

Condicionantes da Autorização para Intervenção Ambiental

| Item | Descrição da Condicionante | Prazo* |
|------|----------------------------|--------|
| | | |

| | | |
|----|--|---|
| 01 | Escolher o sistema de corte da rocha com metodologias que gerem menor ruído e poeira, que podem ser minimizados por um plano de lavra bem desenvolvido, que enfoque na abertura mínima de acessos e local de vegetação rala; | Imediatamente, após a emissão do Documento Autorizativo de Intervenção Ambiental (DAIA) até sua validade. |
| 02 | Retirar durante a abertura da frente de lavra o preparo do depósito de estéril/rejeito, em que devem ser estocados para posterior utilização no processo de recuperação de área degradada; | Imediatamente, após a emissão do Documento Autorizativo de Intervenção Ambiental (DAIA) até sua validade. |
| 03 | Controlar a emissão de gases, dos níveis de ruído e da geração de resíduos oleosos, mantendo preventivas as manutenções nas máquinas e equipamentos utilizados na operação da mina, em que os motores estarão sempre regulados e livres de vazamento; | Imediatamente, após a emissão do Documento Autorizativo de Intervenção Ambiental (DAIA) até sua validade. |
| 04 | Impedir o surgimento de processos erosivos, construindo canaletas laterais ao longo das vias internas de acesso com saídas (sangrias) a cada 20 metros, visando conduzir a água para pontos específicos onde haja algum tipo de tratamento; como também, plantar o máximo possível de touceiras de bambu, grama e outras, para proteger os pontos vulneráveis, tais como as saídas de sangrias, canaletas longitudinais e erosões já existentes fora da plataforma da estrada; | Imediatamente, após a emissão do Documento Autorizativo de Intervenção Ambiental (DAIA) até sua validade. |
| 05 | Depositar o rejeito/estéril em local terraplanado e compactado, que deverá ser limpo e estocado adequadamente; além do mais, que seja feito de forma ascendente, mediante construção de bancadas sobrepostas, em que a primeira ocupará a cota mínima planejada para a pilha; | Imediatamente, após a emissão do Documento Autorizativo de Intervenção Ambiental (DAIA) até sua validade. |
| 06 | Evitar o desenvolvimento de processos erosivos e carreamento de material particulado para o leito dos cursos d'água próximo ao empreendimento, em que deverá ser implantado um sistema de drenagem, decantação e filtragem das águas pluviais, que evoluirá com o avanço do depósito; | Imediatamente, após a emissão do Documento Autorizativo de Intervenção Ambiental (DAIA) até sua validade. |
| 07 | Realizar um sistema de tratamento de óleos e graxas, protegido das chuvas e equipado com um sistema coletor/ separador que promoverá a separação dos resíduos de óleos e graxas da água de lavagem do maquinário, sendo que essa estocagem de resíduos pelo sistema deverá ser destinados a empresas licenciadas que fazem a coleta de resíduos oleosos; | Imediatamente, após a emissão do Documento Autorizativo de Intervenção Ambiental (DAIA) até sua validade. |
| 08 | Identificar os resíduos domésticos, acondicionados em toneis, por cores e etiquetas de acordo com o padrão de coleta seletiva, para seleção dos diferentes tipos de resíduos e destinação ao reprocessamento, sendo que os não aproveitáveis será direcionado ao UTC de Sebastião do Anta; | Imediatamente, após a emissão do Documento Autorizativo de Intervenção Ambiental |

| | | |
|----|--|--|
| | | (DAIA) até sua validade. |
| 09 | Adotar medidas de segurança do trabalho, utilizando os Equipamentos de Proteção Individual (EPI) para os trabalhadores do empreendimento, tais como: abafadores de ruído, óculos de segurança, máscaras, luvas e botas; | Imediatamente, após a emissão do Documento Autorizativo de Intervenção Ambiental (DAIA) até sua validade. |
| 10 | Controlar a geração de poeira por aspersão na áreas e acessos internos da mina, duas vezes por dia, sendo que durante o período de seca realizar frequentemente a umidificação das vias de operação e movimentação de veículos; | Imediatamente, após a emissão do Documento Autorizativo de Intervenção Ambiental (DAIA) até sua validade. |
| 11 | Implantar a recomposição da vegetação a ser realizada na propriedade, à qual contribuirá para o desenvolvimento de uma nova comunidade vegetal, que poderá atrair e suportar a fauna através da dinâmica de espécies florísticas e garantir novos habitats para a fauna, que inicialmente estava afugentada pelo empreendimento; | Imediatamente, após a emissão do Documento Autorizativo de Intervenção Ambiental (DAIA) até sua validade. |
| 12 | Desenvolver trabalho educativo ambiental com os trabalhadores locais, abordando temas como a importância da preservação e manutenção da fauna e flora, de forma a evitar os comportamentos inadequados como captura ilegal de exemplares da biodiversidade, principalmente da avifauna e espécies ornamentais da flora. | Imediatamente, após a emissão do Documento Autorizativo de Intervenção Ambiental (DAIA) até sua validade. |
| 13 | Apresentar relatório após a implantação do projeto (PTRF) indicando as espécies e o número de mudas plantadas, tratos silviculturas adotados e demais informações pertinentes. Acrescentar anexo fotográfico. Caso o responsável técnico pela execução do PTRF seja diferente do responsável técnico pela elaboração do mesmo, apresentar junto a respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica – ART; | Semestralmente, após a emissão do Documento Autorizativo de Intervenção Ambiental (DAIA), por um período mínimo de 5 anos. |
| 14 | Apresentar a Compensação Ambiental Florestal Minerária, conforme Art. 36 da Lei nº 14.309/02, Art.75 da Lei nº 20.922/13, Lei nº 23.558/20, Art. 13, inciso XIII do Decreto nº 46.953/16, Subseção II do Decreto nº 47.749/19, Portaria IEF nº 27/2017 e Portaria IEF nº 77/2020. | Prazo de 90 dias após a emissão do Documento Autorizativo de Intervenção Ambiental (DAIA). |

** Salvo especificações, os prazos são contados a partir da data de concessão da Autorização para Intervenção Ambiental.*

12. OBSERVAÇÃO

Esta autorização não dispensa nem substitui a obtenção, pelo requerente, de certidões, alvarás, licenças ou

autorizações, de qualquer natureza, exigidos pela legislação Federal, Estadual ou Municipal.

Declaro estar ciente das obrigações assumidas através deste documento e declaro ainda ter conhecimento de que a não comprovação do uso alternativo do solo no curso do ano agrícola acarretará no pagamento de multa e implementação de medidas mitigadoras ou compensatórias de reparação ambiental, sem prejuízo de outras cominações cabíveis.



Documento assinado eletronicamente por **Laio Verbeno Sathler, Servidor (a) Público (a)**, em 28/09/2021, às 18:33, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **35898088** e o código CRC **9741D07F**.